



PIAUI



DIÁRIO OFICIAL

ANO LXXIV - 114º DA REPÚBLICA

Sexta-feira, 18 de fevereiro de 2005 - Nº 032

TERESINA - PIAUÍ

DOE on line auxilia administradores na tomada de decisões

A versão on line do tradicional Diário Oficial do Estado (DOE) possibilita ao cidadão ter acesso, em detalhes, às decisões do Governo, como fazer pesquisa. Ela é elaborada pela Companhia Editora do Piauí (COMEPI). Já estão disponíveis, na internet, as edições impressas do DOE desde dezembro de 2003 e a meta é disponibilizar, em breve, todas as publicações do Diário produzidas no atual governo. Depois, serão colocadas na internet as edições relativas aos governos anteriores.

O DOE eletrônico é disponível no site da COMEPI, www.comepi.pi.gov.br. Para acessar as páginas, basta digitar, no local apropriado, a data em que o diário oficial de interesse foi publicado. Segundo informações do diretor administrativo e financeiro da companhia, Francisco José Costa dos Santos, a edição on line é uma reprodução fiel da versão impressa e está disponível no mesmo dia em que a versão impressa é publicada.

Produção - Ela começa a ser produzida quando o interessado pela publicação, que pode ser tanto pessoas físicas como jurídicas, privadas, ou públicas, dirige-se ao Protocolo da COMEPI. A matéria a ser publicada deve ser levada em disquete, devendo o interessado apresentar, ainda, uma cópia impressa. O Protocolo recebe matérias originais para publicação de segunda a sexta-feira, até às 13h30.

Em seguida, é feito o orçamento relativo à publicação. O preço médio da linha publicada, com tipo em tamanho padrão 12, é de R\$ 3,50. A fase seguinte é a diagramação, paginação e montagem final, o que é feito já na forma digital. Uma vez que as páginas estejam preparadas, a edição segue para a gráfica, onde é impressa em off-set. Logo em



Página do Diário Oficial on line

seguida, é disponibilizada na internet, no site da COMEPI. Todo o processo de produção do DOE dura em média três horas e é feito por 12 pessoas.

Embora a versão on line do DOE se preste a uma série de finalidades, ela ainda não tem valor legal, porque falta a certificação eletrônica. Porém, há estudos em andamento para que esse procedimento seja adotado. Mesmo sem a certificação, o DOE on line já tem norteado a tomada de decisões tanto por parte de administradores públicos como privados. A COMEPI também edita e publica livros e periódicos, mas o DOE é o carro-chefe da companhia, sendo responsável pela maior parte do seu faturamento.

Valor oficial - O DOE é um dos instrumentos que o Governo usa para dar transparência à administração estadual. Costa dos Santos disse que a publicação tem como finalidade divulgar e colocar à disposição da sociedade informações sobre atos administrativos, leis, decretos, portarias, licitações, contratos, convênios, relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal, contas públicas, instrumentos de gestão fiscal, prestação de contas e notícias institucionais do Governo.

O Diário Oficial também tem importância política. Ele é um veículo de comunicação social moderno, ágil, eficiente e econômico. "O DOE proporciona total divulgação e transparência dos atos administrativos do Estado", disse.

A versão de internet é gratuita, porém, os interessados podem assinar a versão impressa do Diário Oficial do Estado. A assinatura pode ser semestral e anual, mas está em estudo um projeto de assinatura trimestral. A assinatura semestral, sem remessa postal, custa R\$ 178,00. Com remessa postal, sai por R\$ 261,00. Já a assinatura anual custa R\$ 306,00 (sem remessa postal) ou R\$ 499,00 (com remessa postal). A remessa postal é feita pelos Correios. Se o interessado não optar pela remessa postal, deve ir buscar, ele mesmo, sua publicação na sede da COMEPI.

Também estão disponíveis exemplares avulsos. Edições compradas até 30 dias da publicação custam R\$ 2,50. Em prazo superior a 30 dias, o que inclui pesquisa, custa R\$ 3,50. Se o prazo for superior a 30 dias e inclui, além da pesquisa, uma fotocópia autenticada, a edição sai por R\$ 7,00. Não é caro, considerando que o DOE tem valor de documento oficial.

Universalização do Bolsa Família é meta prioritária



Reunião com o governador

As metas de ação da Secretaria da Assistência Social e Cidadania (SASC) para o ano de 2005 foram discutidas quarta-feira, 16, durante reunião da secretária Rejane Dias com diretores do órgão e o governador Wellington Dias, no Palácio de Karnak.

Dentre os pontos principais, foram definidos a universalização do Bolsa Família como ação prioritária. "Segundo o IBGE, faltam 100 mil famílias serem atendidas pelo programa. Temos que continuar o trabalho de correção das distorções. Para isso, podemos buscar novas estratégias, como o fortalecimento de parcerias com os agentes de saúde, APPM (Associação Piauiense das Prefeituras Municipais), Programa Fome Zero e Secretaria da Educação, por exemplo", destacou o governador.

"O centro dos programas sociais no país e no Piauí é o Bolsa Família, pois é responsável pelo enfrentamento à pobreza e pela injeção de recursos no Estado", completou a secretária.

Outra prioridade definida na reunião foi o fortalecimento dos Centros Sociais, os CSUs, que estão passando por reformas e deverão ser transformados em mini Espaços da Cidadania, onde a população poderá encontrar diversos serviços através do envolvimento de todos os órgãos do Estado, como CEPISA, AGESPISA, BEP e Defensoria Pública, por exemplo.

Capacitação de servidores também está na lista

O terceiro ponto discutido na reunião foi a capacitação dos servidores de acordo com as demandas apresentadas em cada unidade da secretaria. "Devemos buscar a capacitação dos servidores através da Escola de Governo, que é a instituição mais adequada para a realização deste trabalho", acrescentou o governador.

No final da reunião, a secretária disse que no que diz respeito à preocupação com a qualidade total no atendimento oferecido pela SASC e no planejamento das ações da secretaria, "faremos o que for necessário para aprimorar nossos serviços", finalizou.

COHAB vai construir 300 casas para soldados e cabos

Cabos e soldados da Polícia Militar serão contemplados pelo Governo do Estado, através da Companhia de Habitação do Piauí (COHAB-PI), com a construção de mais de 300 casas. Numa primeira etapa, 114 unidades vão ser construídas em áreas que serão disponibilizadas junto aos residenciais Vamos Ver e Sol, na zona Sul, e Deus Quer, na zona Sudeste.

Ao dar a informação, quarta-feira, 16, o presidente da COHAB, Ataelson Carvalho, acrescentou que as casas contarão com um quarto, sala, banheiro e cozinha, revestimento interno e externo. Cada unidade vai custar R\$ 8.464,00, e as prestações vão variar entre R\$ 60,00 e R\$ 65,00.

"O governador quer implementar esta política para outros servidores do Estado", disse Ataelson Carvalho. Para viabilizar essa política, a COHAB vai formalizar uma parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF) para disponibilizar moradias do Programa de Arrendamento Habitacional (PAR) aos servidores do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), da Águas e Esgotos do Piauí S/A (AGESPISA), entre outros órgãos.

Há, nesse sentido, um entendimento da secretária da Administração, Regina Sousa, com o superintendente da CEF, Herbert Buenos Ayres, como explicou o presidente da COHAB, com o fim de favorecer os servidores estaduais na realização do sonho da casa própria.

A COHAB também já se prepara para participar de leilão a ser promovido pelo Ministério das Cidades para definição da quantidade de imóveis que caberá ao Piauí no



Casas Cohab

Programa de Subsídio à Habitação (PSH), destinado exclusivamente à construção de moradias para famílias de baixa renda.

A Companhia espera ainda a aprovação, pelo Ministério das Cidades, de um projeto de melhorias habitacionais para beneficiar principalmente comunidades rurais, que, em muitos casos, precisam apenas da substituição da cobertura de palha por telha, ou a troca da parede de taipa pela de alvenaria, um piso cimentado e um banheiro.

Esse projeto, de acordo com Ataelson Carvalho, já vem sendo executado por determinação do governador Wellington Dias, partindo da constatação de que, com pouco investimento, é possível proporcionar moradia digna a uma família piauiense, repercutindo na melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população.